DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Em relação aos direitos e garantias fundamentais, analise as afirmativas a seguir:

I. Pode-se observar que a liberdade de manifestação de expressão responsável foi defendida pelo texto constitucional sob o modelo preventivo e repressivo, vedando-se, como exemplo, o anonimato no país;
II. Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigido prévio aviso à autoridade competente;
III. Os direitos fundamentais devem ser aplicados nas relações indivíduo-Estado exclusivamente, tendo em vista que o Estado deverá ter uma participação ativa na sociedade, defendo os direitos de todos.

Assinale:
(A) se nenhuma alternativa estiver correta.
(B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

2. A respeito da liberdade religiosa, assinale a afirmativa incorreta.
(A) A Constituição de 1988 revela que o Brasil é um Estado Laico, ainda que possua sentimento religioso;
(B) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias;
(C) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;
(D) Os Estados podem estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, permitida, na forma da lei, a colaboração de interesse público;
(E) Em nome da liberdade religiosa, defendida pela primeira geração de direitos fundamentais, ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei

3. Sobre nacionalidade e direitos políticos, assinale a alternativa correta:
(A) A Constituição enumera algumas hipóteses de aquisição de nacionalidade originária, podendo a Câmara dos Deputados, por meio de lei ordinária, estabelecer, com base no princípio da dignidade da pessoa humana, outras hipóteses de nacionalidade primária;
(B) os estrangeiros não podem, em nenhuma hipótese, participar de plebiscitos no Brasil;
(C)os brasileiros que tenham optado pela aquisição voluntária de outra nacionalidade, além de perderem a nacionalidade brasileira, também terão seus direitos políticos suspensos;
(D)os membros do Congresso Nacional poderão ampliar, por meio de lei complementar, as hipóteses de inelegibilidades absolutas;
(E)são condições de elegibilidade, dentre outras: a filiação partidária, o pleno gozo dos direitos políticos, o alistamento eleitoral e a idade mínima de 30 (trinta) anos para quem pretende concorrer ao cargo de Governador do Distrito Federal.

4. Sobre a Organização dos Poderes, analise as afirmativas a seguir e indique a assertiva correta.
(A)o Poder Legislativo do Distrito Federal será representado pela Câmara Distrital onde atuam os deputados distritais;
(B)nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) habitantes, as eleições serão regidas pelo sistema eleitoral de maioria absoluta;
(C)o Presidente da República será processado por crime comum perante o STF e por crime de responsabilidade pelo Senado Federal. Em ambos os casos, entretanto, as acusações devem ser apresentadas primeiramente à Câmara dos Deputados para realização do juízo de admissibilidade;
(D)os territórios podem eleger o número fixo de 4 (quatro) Senadores;
(E)segundo a Constituição Federal, os deputados passam a ter imunidades formais a partir de sua diplomação e por isso têm inviolabilidade civil, penal e política por quaisquer de suas opiniões ou votos proferidos em decorrência de sua atuação.

5. Sobre o controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:
(A)segundo o entendimento do STF, é possível ao Autor requerer a desistência em relação a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, desde que demonstre razões de interesse público que fundamentem essa desistência;
(B)a decisão do Supremo Tribunal Federal, tomada em ação direta de inconstitucionalidade, que declara a inconstitucionalidade de uma lei federal, somente produz efeitos jurídicos depois de o Senado suspender a vigência da lei;

(C)todas as normas constitucionais gozam de presunção absoluta de constitucionalidade;
(D)a Constituição de 1988 possui supremacia formal e material;
(E)os Governadores de Estados, o Advogado Geral da União e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil podem ajuizar uma ADI.

6. Acerca do controle de constitucionalidade em âmbito estadual, analise as seguintes afirmativas:

I. Há previsão na Constituição Federal autorizando aos Estados a criação da ação declaratória de constitucionalidade por meio de suas Constituições estaduais;
II. A doutrina entende que de acordo com o princípio da simetria os Estados podem estabelecer em suas Constituições estaduais a Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão e a Ação de descumprimento de preceito fundamental;
III. Segundo o STF, o rol de legitimados ativos para a propositura da representação de inconstitucionalidade estadual deve seguir o paralelismo com o modelo federal.
É/são verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):
(A) I;
(B) II;
(C) III;
(D) I e II;
(E) II e III.

7. Sobre a possibilidade de emendas à Constituição Federal de 1988, marque a única opção correta.
(A)O poder de reforma está limitado às chamadas cláusulas pétreas, entre as quais se inclui a proteção à justiça desportiva;
(B) Não é possível, por meio de emenda constitucional, alterar dispositivos relativos ao sistema eleitoral do país;
(C)De acordo com a doutrina majoritária, a impossibilidade de promulgação de emenda à constituição durante o estado de defesa é exemplo de limitação temporal ao poder de reforma;
(D) A promulgação de emendas à Constituição Federal compete à Mesa do Congresso Nacional, não se sujeitando à sanção ou veto presidencial;
(E) A doutrina reconhece a existência de limitações materiais implícitas (ou cláusulas tácitas) ao poder de reforma, como, por exemplo, a titularidade do poder constituinte.

8. Sobre os remédios constitucionais, assinale a alternativa correta:
(A)O posicionamento do STF sobre mandado de injunção ainda não está completamente definido, pois há decisões clássicas que se limitam à declaração da mora legislativa e outras, mais recentes, fixando prazo para o órgão legislativo omisso editar a norma faltante e até mesmo legislando no lugar do legislador;
(B)De acordo com a orientação jurisprudencial, é admitido mandado de segurança contra lei em tese;
(C) O Mandado de Segurança só pode ser impetrado em face de atos comissivos do Poder Público, nunca omissivos;
(D) O remédio constitucional judicial adequado para defender o direito de reunião é o direito de petição;
(E) A ação popular só poderá ser proposta na modalidade repressiva, não existindo a espécie preventiva no ordenamento jurídico.

9. Sobre repartição de competência estadual,
I- A Constituição Federal não destinou nenhuma matéria expressa para o rol de competências dos Estados;
II- Os Estados podem editar medidas provisórias para explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado;
III- Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
Estão incorretas as assertivas:
(A) I, II e III;
(B) I e II;
(C) II e III;
(D) III;
(E) todas estão corretas.

10. Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), assinale a alternativa correta:
(A)Não podem ser criadas em âmbito estadual e municipal, pois não há previsão constitucional;
(B)Podem determinar a quebra de sigilo de dados telefônicos, fiscais e bancários dos investigados, inclusive determinar a suspensão ou dissolução das atividades de uma associação que esteja sendo alvo de investigação;
(C) Nenhuma autoridade pública pode ser convocada para depor em sede de CPI;
(D) A CPI pode determinar a realização de perícias e solicitar auditorias ao Tribunal de Contas;
(E) O direito ao silêncio não é garantido em sede de CPI para as testemunhas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

11) Após a publicação da Lei Complementar 118/05, é correto afirmar que uma pessoa jurídica de direito privado X, controlada pela empresa Y, que adquirir desta, em processo de falência, fundo empresarial e continuar a respectiva exploração, sob outra firma social:
(A) Responde pelos tributos, relativos ao fundo adquirido, devidos até à data do ato subsidiariamente, se o alienante cessar a exploração do comércio.
(B) Responde pelos tributos, relativos ao fundo adquirido, devidos até à data do ato solidariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração.
(C) Responde pelos tributos, relativos ao fundo adquirido, devidos até à data do ato subsidiariamente com o alienante se este iniciar dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.
(D) Responde pelos tributos, relativos ao fundo adquirido, devidos até à data do ato subsidiariamente com o alienante se este iniciar dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão, desde que a empresa Alfa seja identificada como agente do falido ou do devedor em recuperação judicial com o objetivo de fraudar a sucessão tributária.
(E) Não responde pelos tributos, relativos ao fundo adquirido, devidos até à data do ato.

12) Analise:
I) A substituição tributária é hipótese de sujeição passiva indireta e ocorre no momento do surgimento da obrigação tributária.
II) A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo.
III) Em todos os impostos indiretos ocorre o fenômeno da repercussão tributária.
IV) Na falência, o crédito tributário prefere às importâncias devidas a título de adiantamento de contrato de câmbio.
(A) Está correta apenas a assertiva I.
(B) Está correta apenas a assertiva II.
(C) Está correta apenas a assertiva IV.
(D) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
(E) NRA

13) Quanto a contribuição social residual, podemos afirmar:
I) Depende de lei complementar
II) Exige-se observância ao princípio da anterioridade clássica.
III) Não se admite utilização de fato gerador ou base de cálculo de impostos.
IV) Pode ser cumulativa
V) É tributo de arrecadação vinculada exclusivamente ao custeio da seguridade social.
A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:
(A) I e V
(B) I, II e III
(C)) II e III
(D) I e III
(E) I apenas.

14) Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existente os seus efeitos, tratando-se da situação jurídica, desde o momento em que:
(A) esteja constituída, ainda que provisoriamente, nos termos de direito, sendo que, para tais efeitos, os negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados, e suspensiva a condição, após o momento da celebração do negócio.
(B) esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável, sendo que para tais efeitos, de regra, os negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados, quando suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento.
(C)se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios, e os negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados quando não mais houver oposição do sujeito ativo.
(D) se verifique o seu implemento ou a prática do ato, e em certos casos a celebração do negócio, seja suspensiva ou resolutória a condição, porém, devendo partir-se sempre do momento em que a situação esteja constituída.
(E) for constituído, nos termos da lei tributária aplicável, visto que quaisquer negócios jurídicos reputam-se perfeitos e acabados, não sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou do momento do seu implemento.

15) Determinada lei, publicada em 10 de agosto de 2006, determina o perdão dos créditos tributários para os tributos lançados em 2006 até a data da sua entrada em vigor. Tal dispositivo revela, nos termos do Código Tributário Nacional, uma:
(A) Isenção

(B) Anistia
(C) Remissão
(D) Remição
(E) Imunidade tributária

16) Dispõe o Código Tributário Nacional, no seu art. 150 e seus parágrafos: "o lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa. O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação ao lançamento. Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação"
Na hipótese de cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido, o sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4º do artigo 162 CTN.
Com referência ao exposto no texto acima, julgue a afirmativa que completa corretamente o enunciado abaixo:
Recentemente, foi publicada a LC 118/05, acrescentando normas gerais de Direito Tributário. Nos termos da Legislação Tributária em vigor, face ao disposto na LC 118/05, é correto afirmar que, no caso de tributos sujeito a lançamento por homologação, o direito de pleitear a restituição, no caso exposto, extingue-se com o decurso do prazo:
(A) de 5 anos contados do fato gerador
(B) de 5 anos contados do pagamento antecipado
(C) de 5 anos contados da homologação tácita
(D) de 2 anos contados da anulação da decisão condenatória
(E) de 5 anos contados da entrada em vigor da LC 118/05.

17) Nos termos do Código Tributário Nacional, a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados:
(A) do respectivo vencimento, nos termos da legislação tributária
(B) da data da sua constituição definitiva
(C) do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado
(D) da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado
(E) da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento

18) Com relação ao direito tributário, considerando que seja editada a lei ordinária Y, esclarecendo como deverá ser aplicada a lei vigente X, que possui penalidades para as infrações a seus dispositivos, assinale a opção correta.
(A) A lei Y só poderá ser aplicada a ato e fato futuro ou pendente, como rege o CTN.
(B) A lei Y sempre terá aplicação a ato ou fato pretérito, quando houver a imposição de penalidades às infrações dos dispositivos interpretados.
(C) A lei X foi revogada, pois a lei Y regulamentou a mesma matéria.
(D) Em qualquer caso, quando for expressamente interpretativa, a lei Y aplicar-se-á a ato ou fato pretérito.
(E) Fato gerador ocorrido antes da vigência da lei Y não será por ela atingido, em virtude do princípio da irretroatividade.

19) Caso lei instituindo o tributo de ISS em determinado município tenha sido publicada em 20/12/2008, sem indicar a data de sua vigência,
(A) o tributo poderá ser cobrado a partir de 1.º/1/2009, em função do princípio da anterioridade.
(B) o tributo de ISS, por estar sendo instituído no município, poderá ser cobrado a partir da publicação da lei.
(C) o ISS poderá ser cobrado somente após 40 dias, contados da publicação da lei que não determinou a data de sua vigência.
(D) a aplicação da lei ocorrerá na data de sua vigência, que se dará 30 dias após sua publicação.
(E) a lei terá aplicação no exercício seguinte ao da sua publicação respeitada a regra da anterioridade mínima, mas entrará em vigor após 45 dias.

20) Se, em uma empresa, um gerente administrativo, que não faça parte da sociedade, infringir, por sua conta e risco, regra do estatuto da empresa e cometer infração à legislação tributária, é correto afirmar que

(A) tal gerente será responsabilizado juntamente com os sócios da empresa.
(B) os sócios serão os únicos responsáveis pela infração tributária, uma vez que o gerente não é proprietário da sociedade.
(C) o gerente será responsabilizado, caso aja com intenção de cometer a infração tributária.
(D) os sócios serão responsabilizados pela infração tributária, pois são culpados em razão de terem escolhido mal o gerente da empresa.
(E) a responsabilidade será pessoal e independerá da intenção do agente.

21) Acerca das normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, assinale a opção correta.
(A) Haverá alteração dos contratos firmados por empresário individual que seja desenquadrado como microempresa.
(B) Não implica exclusão do regime SIMPLES Nacional a participação da pessoa jurídica no capital de outra pessoa jurídica, se posterior ao ato de inclusão no regime diferenciado.
(C) Caso haja participação de entidade da administração indireta no capital de determinada microempresa, haverá vedação a esta para o recolhimento de impostos e contribuições na forma do SIMPLES Nacional.
(D) O SIMPLES Nacional se caracteriza pelo recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, de alguns impostos, tais como imposto de renda, IPI, ISS e IOF.
(E) O fato de a microempresa optar pelo SIMPLES Nacional não acarreta a vedação de utilizar ou destinar valores a título de incentivo fiscal.

22) Considerando que um município decida instituir a cobrança de determinado valor para autorização de instalação de estabelecimento comercial em determinado logradouro público, assinale a opção correta.
(A) Trata-se de uma taxa de serviço, pois cobra-se pela autorização concedida.
(B) Cuida-se de uma taxa de serviço, pois o serviço prestado pelo poder público é divisível.
(C) Uma vez que se trata de serviço específico e divisível, a taxa cobrada corresponde ao exercício do poder de polícia.
(D) O caso em apreço refere-se a uma taxa cobrada pelo exercício do poder de polícia, pois regula a prática de ato, em razão do interesse público, concernente ao exercício da atividade econômica dependente de autorização do poder público.
(E) Trata-se de taxa de serviço, pois a cobrança depende da aceitação da parte contratante.

23) O comércio de Santa Catarina, em virtude das enchentes e dos conseqüentes desastres ocorridos na região, está requerendo ao estado que prorrogue o prazo para pagamento do ICMS já vencido, parcelando o valor em determinado período sem cobrança de juros de mora. Nessa situação, o atendimento do pleito caracterizará o instituto
(A) da isenção, uma vez que não se pagará o tributo no prazo devido.
(B) da moratória, pois haverá a dilatação de prazo para o pagamento do tributo devido.
(C) do parcelamento, uma vez que a dívida já estava vencida.
(D) da transação, por meio da qual será viabilizado o pagamento da dívida vencida.
(E) da remissão da dívida, uma vez que esta será paga após o seu vencimento.

24) Um contribuinte foi autuado por ter praticado infração tributária. Assim, contra ele foi lavrado auto de infração cobrando o tributo sonegado e estipulando as penalidades. Após a defesa administrativa, ele conseguiu diminuir o valor referente à multa aplicada.
Na situação hipotética acima descrita,
(A) o crédito tributário foi alterado, ficando intacta a obrigação tributária.
(B) o fato gerador foi modificado e, por isso, também foi modificado o crédito tributário.
(C) uma vez que o crédito tributário tem origem na obrigação tributária, a modificação feita em um causa alteração no outro.
(D) o crédito tributário faz nascer a obrigação tributária e, por esse motivo, qualquer modificação no crédito altera a obrigação.
(E) a multa alterada modifica o fato gerador e, portanto, o crédito tributário.

25. Julgue os itens abaixo e marque a opção correta:
I) É inconstitucional a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas por violar o artigo 206, inciso IV da Constituição Federal, conforme dispõe súmula vinculante.
II) A imunidade tributária prevista no artigo 150, inciso VI, alínea d, da Constituição Federal que trata da imunidade dos livros, jornais e periódicos não abrange os filmes e os papéis fotográficos necessários à publicação dos jornais e periódicos.

III) Não incide ICMS na importação de bens por pessoas físicas ou jurídicas que não seja contribuinte do imposto.
IV) Na entrada de mercadoria importada do exterior, é legítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro.
(A) São verdadeiros apenas os itens I, II e IV.
(B) São verdadeiros apenas os itens I e IV.
(C) São verdadeiros os itens apenas II, III e IV.
(D) Todos os itens são falsos.
(E) Todos os itens são verdadeiros.

26. No que tange à sujeição passiva da obrigação tributária, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:
I. As hipóteses de responsabilidade pelo crédito tributário, já reguladas pelo Código Tributário Nacional, não podem ser alteradas em seu regime pelo legislador ordinário.
II. Respondem pessoalmente aqueles que representam a pessoa jurídica quando agem com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos. Assim com a decretação da responsabilidade do sócio, esse é considerado como executado e contra ele também corre a execução, inclusive já decidiu, recentemente, o Superior Tribunal de Justiça, que a simples indicação na Certidão de Dívida Ativa – CDA, do nome do responsável, confere ao indicado a condição de legitimado passivo para relação processual executiva.
III. A responsabilidade tributária por infrações depende de alguns requisitos como: a intenção do agente ou do responsável e da efetividade do ato, salvo se a lei dispuser ao contrário.
IV. É pessoalmente responsável, o adquirente, pelo pagamento de impostos, taxas e demais espécies de tributos relativos ao bem móvel adquirido por ele.
(A) São verdadeiros apenas os itens I, II e IV.
(B) Todos os itens são verdadeiros.
(C) São verdadeiros os itens apenas II, III e IV.
(D) Todos os itens são falsos.
(E) São verdadeiros apenas os itens I e IV.

27. No que se refere ao Sistema Constitucional Tributário, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:
I) As limitações ao poder de tributar são consideradas em sua maioria cláusulas pétreas, por isso insuscetíveis de supressão ou excepcionalização, mesmo que por Emenda Constitucional.
II) A legalidade constitucional constitui garantia fundamental do contribuinte, contudo a própria Constituição permite exceções como a alterações de alíquotas do ICMS pelo Poder Executivo.
III) As medidas provisórias, tendo força de lei, são aptas a instituição ou majoração de tributos para as quais se faça necessária lei ordinária, devendo ser submetidas, de imediato, ao Congresso Nacional.
IV) Os tributos em geral submetem-se cumulativamente à anterioridade de exercício e à anterioridade mínima de 90 (noventa) dias, estabelecidas pela Constituição Federal, enquanto as contribuições da seguridade social submetem-se exclusivamente à anterioridade nonagesimal.
(A) São verdadeiros apenas os itens I, II e IV.
(B) São verdadeiros apenas os itens I, III e IV.
(C) São verdadeiros os itens apenas II, III e IV.
(D) Todos os itens são falsos.
(E) Todos os itens são verdadeiros.

28. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:
I) O parcelamento, para o Superior Tribunal de Justiça, atualmente, não é considerado pagamento integral. Assim, é devida a multa de mora na confissão da dívida acompanhada de pedido de parcelamento, ainda que se antecipando a qualquer ação fiscalizatória da Fazenda Pública.
II) A mera declaração da prática do ilícito pelo contribuinte, ou seja, confissão da dívida, exclui a responsabilidade pela infração, vez que caracterizada fica a denúncia espontânea prevista no Código Tributário Nacional.
III) O simples termo de início de fiscalização não enseja a perda da espontaneidade, ou seja, o contribuinte pode efetuar o pagamento e se beneficiar da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do Código Tributário Nacional.
III) A espontaneidade somente fica afastada com a notificação do contribuinte para apresentar impugnação ou pagamento do tributo, acompanhada do Auto de Infração lavrado contra ele.
(A) Apenas o item I é verdadeiro.
(B) São verdadeiros apenas os itens I e IV.
(C) São verdadeiros os itens apenas II, III e IV.
(D) Todos os itens são falsos.
(E) Todos os itens são verdadeiros.

29. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:
I. É cediço que os tributos ditos indiretos, dentre eles, o ICMS, sujeitam-se, em caso de restituição, à demonstração dos pressupostos previstos no Código Tributário Nacional, porque o contribuinte de direito é o consumidor, sendo a empresa o contribuinte de fato.
II. A substituição tributária para frente depende de previsão em lei. Assim ocorre relativo à cobrança do

ICMS com a inclusão do seu valor no preço devido pelos revendedores nas suas futuras operações de revenda. O STF, não obstante inúmeras divergências doutrinárias, entendeu que nesses casos o contribuinte somente tem direito à repetição de valores recolhidos na hipótese de não-ocorrência do fato gerador, sendo irrelevante o fato do preço de venda ser superior ou inferior à base de cálculo presumida.
III. Após a declaração de inconstitucionalidade da hipótese da retroatividade da lei trazida pela Lei Complementar 118/05, por não configurar norma meramente interpretativa, cuja retroação é permitida, deve-se entender que o início de fluência do prazo para pedir a restituição de pagamentos indevidos deve ser contado a partir da vigência da referida Lei Complementar (09.06.05). Assim o prazo de cinco anos para a repetição do indébito a contar da data do pagamento, somente se deve aplicar a pagamentos efetuados a partir da sua vigência.
IV. A restituição do tributo não implica a restituição dos juros de mora e das penalidades pecuniárias.
(A) Estão CORRETOS apenas os itens I, II e III.
(B) Todos os itens estão INCORRETOS.
(C) Estão CORRETOS apenas os itens II e III.
(D) Todos os itens estão CORRETOS.
(E) Esta CORRETO apenas o item I.

30. A lei que altera o prazo de recolhimento da COFINS:
(A) somente se aplica após o prazo de 90 dias
(B) somente se aplica no exercício seguinte à sua publicação, respeitado o período mínimo de 90 dias entre a publicação e sua eficácia
(C) viola o princípio da anterioridade se incidir de imediato
(D) não se submete ao princípio da anterioridade
(E) deve respeitar a noventena.

DIREITO ADMINISTRATIVO

31) Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa incorreta:
(A) A Constituição Federal de 1988 adotou a Teoria do Risco Administrativo para tratar sobre o tema.
(B) Segundo preceito constitucional o servidor responderá de forma subjetiva, através de ação regressiva perante o Estado.
(C) As pessoas jurídicas integrantes da estrutura da Administração Pública respondem de forma objetiva, independentemente da atividade que exerçam.
(D) Segundo a Constituição Federal, até pessoas jurídicas não integrantes da Administração Pública poderão responder de forma objetiva.
(E) Na responsabilidade objetiva do Estado, não há necessidade da comprovação de dolo ou culpa do agente público.

32) Ao contrário do Direito Penal, onde prevalece a previsão legal dos ilícitos, no Direito Administrativo são muito poucas as infrações descritas na lei, como ocorre com o abandono de cargo ou com a inassiduidade habitual. De acordo com as normas gerais dos processos administrativos, tal situação descreve o princípio da(o):
(A) verdade material
(B) informalismo
(C) atipicidade
(D) gratuidade
(E) economia processual

33) Não caracteriza a Administração Pública em seu sentido orgânico:
(A) entidades integrantes da Administração Direta
(B) órgãos públicos
(C) agentes públicos
(D) entidades paraestatais
(E) entidades integrantes da Administração Indireta

34) Sobre os poderes do administrador público, podemos afirmar:
I - A doutrina aponta o poder disciplinar como de exercício vinculado, muito embora, haja certa discricionariedade, ainda que reduzida.
II – Segundo o STF, as empresas públicas pode exercer o poder de polícia administrativo.
III – O poder discricionário, também chamado de arbitrário, possui a norma legal como maior limitadora do seu exercício.
(A) somente I é incorreto
(B) somente II é incorreto
(C) somente III é incorreto
(D) há dois itens incorretos
(E) todos estão incorretos

35) Analise os itens abaixo, acerca das licitações públicas:
I – São modalidades de licitação de acordo com a lei 8.666/93: a concorrência, a tomada de preços, o convite, o leilão, o pregão e o concurso.
II – O pregão é o tipo de licitação utilizado na aquisição de bens e serviços comuns, sendo admitido de forma eletrônica.
III – Uma concessão de serviço público, no valor de R$ 600.000,00 deverá ser precedida de procedimento licitatório, através da tomada de preços.
(A) somente I é incorreto

(B) somente II é incorreto
(C) somente III é incorreto
(D) há dois itens incorretos
(E) todos estão incorretos

36) Segundo as regras constitucionais vigentes sobre os servidores públicos é correto afirmar:
(A) Para investidura de todos os cargos e empregos públicos é necessária aprovação prévia em concurso público que poderá ser de provas ou de provas e títulos.
(B) Já no caso de contratação temporária, para atender a necessidade transitória de excepcional interesse público, a seleção poderá ser realizada através de um processo seletivo simplificado.
(C) Após a Emenda Constitucional 19/98, a estabilidade em cargo ou emprego público dependerá de 3 anos de efetivo exercício, sendo imprescindível aprovação em avaliação especial de desempenho.
(D) Após a referida Emenda Constitucional, também passou a ser permitida a demissão do servidor estável no caso de excesso de gasto com despesa de pessoal.
(E) Caso o servidor não-estável tenha seu cargo extinto ou declarado desnecessário, será posto em disponibilidade.

37) Quanto à invalidação dos atos administrativos, analise as afirmativas abaixo:
I – Podemos afirmar que no caso de anulação dos atos administrativos, o ato possui algum vício em sua origem, já no caso de cassação, o ato não possui nenhum vício em sua origem, mas sim na sua execução.
II – A revogação ocorre quando um ato válido tornou-se inconveniente ou inoportuno para a Administração Pública, operando efeitos retroativos, ou seja, ex-nunc.
III – A contraposição ocorre quando uma nova legislação impede a permanência de uma situação anteriormente consentida pelo Poder Público.
(A) somente I é correto
(B) somente II é correto
(C) somente III é correto
(D) há dois itens corretos
(E) todos os itens são corretos

38) Sobre todas as entidades integrantes da Administração Pública Indireta, não podemos afirmar:
(A) estão vinculadas à Administração Direta
(B) sujeitam-se à regra de concurso público
(C) não estão sujeitas à falência
(D) possuem patrimônio composto por bens públicos, segundo o Código Civil
(E) possuem patrimônio próprio

39) Julgue os itens abaixo, de acordo com a Lei 8.987/95.
I – A referida norma legal trata de normas gerais sobre as concessões, permissões e autorizações de serviço público, aplicáveis à União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
II – As concessões de serviço público, precedidas ou não de obras públicas, são formalizadas através de contrato administrativo, necessitando de procedimento licitatório prévio, utilizando-se, obrigatoriamente, licitação do tipo concorrência.
III – O requisito da atualidade na prestação do serviço público requer não só a modernidade das técnicas e equipamentos empregados, mas também a expansão e conservação.
(A) somente I é correto
(B) somente II é correto
(C) somente III é correto
(D) há dois itens corretos
(E) todos estão corretos

40) A Constituição Federal, em seu art. 37, § 8º, permite que órgãos assinem CONTRATO com entidades da Administração Pública, visando o aumento de sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira. Segundo Maria Sylvia Di Pietro, tais contratos correspondem, em sua essência, a:
(A) contrato de prestação de serviços
(B) convênios
(C) termo de compromisso
(D) contrato de natureza bilateral
(E) contrato de adesão

CONTABILIDADE

Para responder às questões de números 1 a 3, considere SOMENTE as seguintes informações:
A Cia. Estrela Luminosa possui os seguintes saldos contábeis ao final do exercício, com valores em reais:

Itens	Valores em Reais
Contas a receber	36.000
Compras do Período	518.400
Custo das Mercadorias Vendidas	420.000
Estoque	21.000
Fornecedores	36.000
Vendas do período	648.000

41- O prazo médio de pagamento das compras é:
(A) 13
(B) 18
(C) 20
(D) 25
(E) 38

42- O prazo médio de recebimento de clientes é:
(A) 13
(B) 18
(C) 20
(D) 25
(E) 38

43- O Ciclo de Caixa da Cia é:
(A) 13
(B) 18
(C) 20
(D) 25
(E) 38

44- A Cia. Liberal possui índice de Liquidez Corrente igual a 1,5. O contador ao extrair as contas, relacionadas abaixo, do Balanço Patrimonial, esqueceu-se de incluir a conta Fornecedores.

Adiantamentos a diretores	200
Bancos	250
Contas a Pagar	130
Duplicatas a Receber	500
Duplicatas Descontadas	100
Empréstimos a Pagar	170
Empréstimos a Pagar LP	200
Estoques	165
Provisão p/ Devedores Duvidosos	15

Encontre o valor que a referida conta deve ter para manter o índice mencionado:
(A) 180
(B) 200
(C) 223,33
(D) 233,33
(E) 250

45- Após calcular o valor da conta fornecedores e utilizando os dados acima, o valor da liquidez geral da Cia Liberal será de:
(A) 1,2
(B) 1,375
(C) 1,4
(D) 1,425
(E) 1,4286

Enunciado para responder às questões 6 e 7.
A Cia Águia possui as seguintes contas patrimoniais, dentre outras, com valores em reais:

Contas a Receber (90 dias)	4.000
Contas a Receber por Venda de Imobilizado	1.500
Duplicatas Descontadas	300
Empréstimos a Controladas	2.500
Empréstimos de Curto Prazo	1.700
Estoques	2.000
Fornecedores	2.500
Impostos a Pagar	700
Provisões para 13° Salário e Férias	800

46- Baseado somente nessas informações, a necessidade de capital de giro da empresa é:
(A) 0
(B) 500
(C) 1.700
(D) 2.000
(E) 3.500

47- Ainda tomando por base os dados acima, o valor do passivo financeiro será:
(A) 1.500
(B) 1.700
(C) 2.000
(D) 2.500
(E) 3.500

48- A Lei 6404/76 sofreu, em 2007, profundas alterações decorrentes da publicação da Lei 11638/2007. Com relação a estas alterações, considere as afirmativas a seguir.

I- A Demonstração de Valor Adicionado(DVA) tornou-se uma demonstração contábil obrigatória apenas, para as sociedades anônimas de capital aberto.
II- A Reserva de reavaliação não poderá mais ser efetuada, entretanto, a Cia poderá estornar ou manter a reserva já constituída.
III- Caso venha a remanescer lucro após serem efetuadas as devidas destinações, esta sobra deverá ser distribuída aos acionistas na forma de dividendos.
IV- Foi criado o ajuste de avaliação patrimonial, que deverá ser classificado no Patrimônio Líquido.
Dentre as afirmativas acima, são verdadeiras:
(A) 0
(B) 1
(C) 2
(D) 3
(E) 4

49- Dada a lista de fatos contábeis abaixo, assinale a opção em que a classificação está incorreta:
I- Pagamento de salários dentro do próprio mês;
II- Constituição de reserva de lucros;
III- Integralização de Capital Social, sendo parte em dinheiro e parte em imóveis;
IV- Prestação de serviços, recebendo metade a vista;
V- Pagamento de duplicatas com incidência de juros.
(A) I - Modificativo diminutivo;
(B) II - Permutativo;
(C) III - Modificativo aumentativo
(D) IV - Misto aumentativo;
(E) V - Misto diminutivo.

Instruções: Das demonstrações publicadas da Cia. Vila Isabel foram extraídas algumas informações organizadas na tabela abaixo. Com base nesses dados, identifique os valores, em (R$), solicitados nas questões de números 10 a 12.

Itens	2.007	2.008
Estoques	190.000	90.000
Fornecedores	23.000	32.000
Clientes	80.000	115.000
CMV	800.000	1.300.000
Despesa com créditos de liquidação duvidosa	6.600	13.500
Perdas com clientes		1.400
Vendas	2.500.000	3.000.000
Despesas antecipadas	15.000	240.000
Contas a pagar	15.000	26.000
Provisão para créditos em liquidação duvidosa	6.600	13.500

50- Valor dos ingressos de caixa gerados pelas receitas de vendas:
(A) 2.457.000
(B) 2.957.000
(C) 2.963.000
(D) 3.072.000
(E) 3.078.600

51- Valor das compras de estoques efetuadas em 2.008:
(A) 700.000
(B) 1.020.000
(C) 1.080.000
(D) 1.200.000
(E) 1.400.000

52- Valor pago aos fornecedores no último período:
(A) 1.091.000
(B) 1.101.000
(C) 1.191.000
(D) 1.200.000
(E) 1.300.000

53- As afirmativas a seguir foram extraídas da Lei 6404/76, atualizada pela Lei 11638/2007 e pela MP 449/2008.
I- as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo serão avaliadas pelo seu

valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.
II- No ativo imobilizado serão classificados: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, excluindo-se os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.
III- No intangível serão classificados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio.
IV- as obrigações, encargos e riscos classificados no passivo não-circulante serão ajustados ao seu valor de mercado, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

O número de itens incorretos é:
(A) 0
(B) 1
(C) 2
(D) 3
(E) 4

Utilize as informações a seguir, extraídas do balancete de verificação da Cia. Anglo Brasileira antes da destinação do lucro do exercício, para responder às questões de números 14 e 15.
–Lucro líquido de exercício R$ 350 000,00
–Capital Social, totalmente integralizado R$ 1.000 000,00
–Saldo da reserva legal R$ 186 000,00
–Resultado positivo da equivalência patrimonial R$ 200 000,00
–Destinação para a reserva de contingências R$ 35.000,00

54-.A Cia. deverá acrescer a reserva legal, de acordo com o disposto na Lei no 6.404/76 (Lei das Sociedades por ações), a importância de, em R$,
(A) 14 000,00
(B) 17 500,00
(C) 13 000,00
(D) 15 500,00
(E) 14 500,00

55- Sabendo-se que o estatuto é omisso com relação à fixação do percentual de dividendos, a companhia poderá constituir reserva de lucros a realizar, observando-se o disposto no art. 197 da Lei no 6.404/76 (com a redação dada pela Lei no 10.303/2001), no montante, em R$, de
(A) 2 500,00
(B) 3.000,00
(C) 4 000,00
(D) 153 000,00
(E) 6 000,00

I – Balanço Patrimonial:

	Controladora - A	**Controlada - B**
Ativo		
Disponível	95.000	125.000
Contas a Receber terceiros	120.000	
Contas a Receber intercompanhias		140.000
Estoques	70.000	20.000
Investimentos na controlada B	125.000	
Imobilizado	350.000	35.000
Total do Ativo	**760.000**	**320.000**
Passivo + Patrimônio Líquido		
Passivo		
Fornecedores terceiros	50.000	120.000
Fornecedores intercompanhias	140.000	
Outras contas a pagar	40.000	55.000
Patrimônio Líquido		
Capital	500.000	125.000
Lucros Acumulados	30.000	20.000
Total Passivo e Patrimônio Líquido	**760.000**	**320.000**

II – Demonstrações do Resultado de Exercícios

Demonstração de Resultados	Controladora - A	Controlada - B
Vendas	80.000	140.000
Custo das Vendas	(70.000)	(100.000)
Lucro Bruto	10.000	40.000
Resultado da equivalência	20.000	
Lucro Líquido	30.000	40.000

Tomando como base unicamente as informações a seguir, responda às questões de 16 a 20.

III – Outras informações adicionais:

- A controladora **A** constituiu a controlada **B** da qual tem 100% do capital.
- A controlada **B** vendeu para a controladora **A**, por R$ 140.000,00, mercadorias que lhe custaram R$ 100.000,00.
- A Controladora **A** vendeu metade dos estoques comprados da controlada **B** pelo preço de R$ 80.000,00.
- No período foram distribuídos dividendos, pela controlada **B**, na ordem de R$ 20.000,00.

56- Após a consolidação dos Balanços, o valor total das Contas a Receber é
(A) 260.000
(B) 140.000
(C) 80.000
(D) 120.000
(E) 20.000

57- Após a consolidação dos Balanços, o valor dos Lucros Acumulados é:
(A) 40.000
(B) 30.000
(C) 50.000
(D) 80.000
(E) 140.00

58- Após a consolidação dos Balanços, o valor total do Ativo é:
(A) 720.000
(B) 815.000
(C) 800.000
(D) 795.000
(E) 700.000

59- No processo de consolidação das demonstrações contábeis, o valor do lucro não-realizado é:
(A) 50.000
(B) 40.000
(C) 30.000
(D) 10.000
(E) 20.000

60- O valor do Custo das Vendas Consolidado é de:
(A) 30.000
(B) 70.000
(C) 50.000
(D) 100.000
(E) 170.000